

Segurança infantil: crescer em segurança

HELENA CARDOSO DE MENEZES*

O primeiro congresso «Crescer em Segurança» teve lugar em Dezembro de 1992, em Lisboa. Foi o lançamento oficial da APSI e de um desafio à Sociedade Portuguesa para combater de forma concertada e estratégica aquele que era, e continua a ser, o problema de Saúde mais grave nas crianças e jovens em Portugal: os acidentes e as suas consequências, ou, os traumatismos, ferimentos e lesões não intencionais.

Passados 12 anos, pode-se dizer que se evoluiu. Nota-se, sem dúvida, uma muito maior sensibilidade ao problema, interesse, preocupação, em quase todos os sectores. Mas continuamos na cauda da Europa, com as mais elevadas taxas de mortalidade por acidente, com uma enorme insuficiência de dados epidemiológicos, com desigualdades gritantes em situações de emergência médica, no acesso a serviços de urgência médico-cirúrgica, a serviços de reabilitação ou de acompanhamento psicológico, com responsabilidades por atribuir, com um défice de profissionais qualificados ou que se dediquem à resolução do problema com rigor e estratégia, com investimentos mal fundamentados e atribuição de verbas exíguas, quando existentes, para o estudo, planeamento e intervenção nas áreas da prevenção de acidentes e da segurança infantil – e isso significa que o problema ainda não foi de facto reconhecido na sua globalidade e gravidade pela Sociedade e pelo Estado.

Além dos (poucos) dados que nos são

revelados através dos indicadores da mortalidade e da morbilidade (aquela que é contabilizada), desconhecemos a verdadeira amplitude do problema – quantas sequelas definitivas, físicas e emocionais, quantas auto-estimas dilaceradas sem o devido acompanhamento profissional, quantas famílias desestruturadas, quantas perdas de produtividade de pais que deixam de trabalhar para poder cuidar do filho que ficou paraplégico, que deixou de ver, que mudou de personalidade, que não reconhece...?

Muito há ainda a fazer, não só na prevenção do acidente previsivelmente fatal ou com danos irreversíveis, como também na limitação das sequelas, na redução da gravidade das consequências.

Não se defende um mundo em miniatura ou almofadado, mas sim um ambiente razoavelmente isento de armadilhas, que retirem à criança e ao jovem o direito a uma livre escolha dos riscos que querem assumir e a um ritmo próprio na experimentação. O risco faz parte da vida, da aprendizagem natural e saudável dos seus próprios limites e dos dos outros. Mas o que não é perceptível ou é enganador, podendo originar danos graves, torna-se inadmissível e deixa de ser pedagógico ou enriquecedor.

Há que intervir ao nível das infra-estruturas viárias, escolares, sócio-educativas, desportivas, habitacionais; ao nível da qualidade de produtos e serviços; ao nível da formação académica e profissional dos adultos nas várias áreas profissionais; ao nível dos sistemas de justiça, saúde e educação; ao nível da reabilitação física e psicológica, da rein-

*Presidente da Direcção da APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil

serção social e profissional das vítimas; e a vários outros níveis, sem dúvida. E só quando tratarmos efectivamente destes aspectos poderemos olhar com honestidade e coerência para a educação formal das crianças. Só então a Educação se poderá tornar num processo natural e credível.

Temos que alterar em primeiro lugar os comportamentos e atitudes dos adultos – dos decisores, dos dirigentes, dos profissionais, dos pais – para ousar exigir alterações ou apontar o dedo aos mais jovens. Por enquanto, para a maioria das crianças, continua a ser difícil fazer a distinção entre a História da Carochinha e a Aula da Segurança pois não encontra, na vida real, a concretização dos sábios ensinamentos daqueles que respeita, daqueles que ama: os carros dos próprios pais, professores ou agentes de autoridade estão em cima do passeio, os mesmos pais e professores – modelos – atravessam fora da passadeira (só hoje, porque estão com pressa) e eles aprendem, e bem, que as regras não são para cumprir, que as regras são para decorar e ter nota vinte no teste. O difícil é passar da teoria à prática e isso, só se os adultos em que eles acreditam, as suas referências afectivas, lhes mostrarem - através de actos – qual o caminho certo. E os benefícios dessa Educação consistente serão essencialmente colhidos a médio e longo prazo, com jovens adultos mais responsáveis, mais críticos, com padrões de exigência e qualidade mais elevados.

Mas para protegermos as crianças de hoje, para agirmos no curto prazo, temos que assumir que se trata de um problema urgente e multi-disciplinar. E esse foi um dos objectivos iniciais da APSI – a união de esforços, constituir o «cimento» entre os vários elementos necessários à criação de uma estrutura sólida e eficaz para reduzir o número de acidentes e os seus efeitos nefastos. Todo aquele que se demita das suas funções (de educador, de profissional,

de decisor) estará a atrasar o processo. Sugere-se, em anexo, um exercício de reflexão sobre a questão da abordagem «multi-sectorial» do problema.

Melhorar o panorama actual requer mais iniciativa e dinamismo, sem nos deixarmos apenas arrastar pela inevitabilidade histórica de pertencermos à União Europeia e ao mundo dito desenvolvido.

Legislar e regulamentar sobre estratégias de prevenção eficazes é fundamental, mas se não há responsabilidades claramente atribuídas, um sistema de fiscalização que funcione ou técnicos e profissionais com habilitações para as pôr em prática, ou ainda verbas disponíveis que viabilizem a sua implementação, essas leis de pouco valem.

É essencial melhorar os fundamentos tecnico-científicos e fazer uso de critérios de análise de risco para a definição de prioridades e para os processos de tomada de decisão, nas políticas a adoptar, nos investimentos a fazer. A implementação com sucesso de estratégias eficazes passa obrigatoriamente pela vontade política, pela qualificação dos técnicos, pela boa concepção de produtos e ambientes e pela informação adequada – no conteúdo e na forma – às populações.

Se a segurança das crianças, se a preservação da sua integridade física e psicológica é de facto uma prioridade nacional, é urgente alocar os meios necessários – humanos, logísticos e financeiros – para a implementação de um plano estratégico de prevenção e controlo dos acidentes e suas consequências nas crianças e jovens em Portugal.

As Crianças têm pouca ou nenhuma possibilidade de influenciar o curso da sua vida, de influenciar o presente ou mesmo o seu futuro, não têm voz, não votam, não intervêm no planeamento, nos processos de tomada de decisão. Cabe aos adultos assumir essa enorme responsabilidade que tem que passar a

ser encarada com mais seriedade e rigor. Está nas mãos das Famílias, da Sociedade Portuguesa e do Estado, decidir o futuro que quer para os «adultos de amanhã».

Em Outubro de 2002, a APSI assinalou os seus 10 anos de vida, com o segundo Congresso «Crescer em Segurança». Teve na Sessão de Abertura, a presença e um discurso empenhado do Primeiro Ministro. Quisemos interpretar as suas palavras como um sinal de mudança; aguardamos ainda decisões sobre os investimentos a fazer nesta área. Mas quisemos também acreditar que a celebração dos nossos 10 anos de

trabalho (agora 12) e de empenhamento na luta pelo Direito de ser Criança em Portugal, foram um marco para o desenvolvimento de novas parcerias, para a construção de novas vontades e que, todos aqueles que participaram no Congresso, saíram confiantes e determinados no papel que tinham a cumprir de regresso a casa, ao trabalho, à comunidade onde vivem.

Endereço para correspondência:

Vila Berta, 7 - 1º Dº
1170-400 Lisboa
hmenezes@apsi.org.pt
www.apsi.org.pt

ANEXO I

PROPOSTA DE EXERCÍCIO DE REFLEXÃO SOBRE O «MULTI-SECTORIAL»

Sendo a prevenção dos acidentes e das suas consequências uma matéria multi-sectorial, de responsabilidades repartidas, é difícil identificar uma tutela única ou específica. Este exercício tomou por modelo o actual Governo, tentando identificar todas as pastas ministeriais envolvidas na resolução do problema, não pretendendo de forma aluguma ser exaustivo.

Pastas e competências identificadas:

Saúde: Ao nível da prevenção, do tratamento e da redução das consequências: formação profissional nas diversas áreas da prevenção de acidentes; saúde pública; fiscalização; saúde escolar; educação para a saúde; saúde mental; registo de dados,...

Educação: jardins de infância e escolas, parque escolar (arquitectura, construção, manutenção), recreios, campos de jogos, formação de professores, educadores e auxiliares, transportes escolares,...

Segurança Social e Trabalho: família, amas, creches, jardins de infância, ATLS, reabilitação, reinserção, formação profissional, voluntariado.

Cidades, Ambiente e Ordenamento do Território: poder local; implantação, concepção, construção, manutenção de escolas e espaços de jogo e recreio; habitação - regulamentação, construção; licenciamento de projectos, segurança na utilização; protecção civil, acção social, desporto, juventude, colónias de férias, transportes colectivos de crianças, ambiente rodoviário à porta das escolas; infraestruturas pedonais e para bicicletas.

Defesa do Consumidor: segurança de produtos e serviços, vigilância do mercado, informação,...

Economia: segurança de produtos e serviços; normalização e certificação (IPQ), fiscalização (IGAE), indústria e comércio,...

Transportes e Obras Públicas: mobilidade, rede de transportes, segurança nas deslocações, obras públicas, habitação, escolas, transporte colectivo de crianças,...

Administração Interna: PSP e GNR (formação, fiscalização, Escola Segura), DGV (segurança sistemas de retenção e capacetes, homologação de sistemas, transporte colectivo de crianças), bombeiros, protecção civil,...

Ciência e Ensino Superior: Investigação; formação académica; centros de documentação,...

Justiça: Defesa dos direitos da criança, apuramento de responsabilidades, indemnizações.

Turismo: qualidade das infraestruturas que recebem turistas, quantidade e qualidade da informação.

Finanças: orçamento, decisão sobre repartição de verbas e investimento.

Cultura: informação, contribuir para a criação de uma verdadeira cultura de segurança.